



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ATA - 4/2022

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
06/04/2022	14h30min	Sala virtual de reuniões	Márcia Monteggia

2. Classificação da reunião

Reunião do “Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul” (Resoluções CNJ n. 194/2014 e n. 195/2014).

3. Participantes

Lotação	Servidor	Fone	E-mail: @tre-rs.jus.br
Corregedor	Desembargador Francisco José Moesch	9272	franciscooesch
SCRE	Rafael Gonçalves Nunes	9337	rafaelnunes
SCRE/CREGAB	Márcia Monteggia	9302	marciamonteggia
21ª Zona Eleitoral	Sandro Saralegui Ferrari	8021	sandroferrari
SAI/COAPE	Cristiano Santiago de Aguiar	9303	cristianoaguiar

4. Pauta

Assunto	Responsável	Descrição
1. Abertura dos trabalhos	Francisco José Moesch	Dando início aos trabalhos, encaminhou a ata 3/2022 para discussão e aprovação.
2. Segurança dos cartórios e Mesários	Francisco José Moesch	Destacou a importância dos mesários e a necessidade de valorização, tanto dos voluntários quanto convocados. Ressaltou a presença e a presidência feminina nas seções de votação na renovação das eleições em Garibaldi. Trouxe à discussão a relevante questão da segurança dos cartórios.
	Sandro Saralegui Ferrari	Destacou a importância e a qualidade do trabalho dos mesários voluntários. Lembrou a importância do convênio “mesário universitário” e informou já ter encaminhado, às unidades responsáveis sugestão de alteração na minuta do documento, no sentido de prever um convênio geral ao qual as zonas interessadas possam aderir, ao invés do formato atual, que prevê a celebração por cada zona eleitoral individualmente.



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Responsável	Descrição
		Quanto à segurança, informou que, em recente reunião do CRECE, foi manifestado que as zonas de maior porte, que não estão instaladas em prédios da justiça estadual, estão sujeitas a um risco maior. Ponderou sobre a necessidade de incluir no planejamento do Tribunal a possibilidade de uma contratação específica para essas zonas, uma vez que, via de regra, os municípios não têm estrutura para assumir a segurança dos cartórios.
	Cristiano Santiago de Aguiar	Referiu que, há muitos anos, as zonas eleitorais contam com os mesários voluntários, que são de suma importância para o sucesso das eleições. Que convocar mesários na fila não é uma boa solução, de forma que ter um banco de mesários voluntários é fundamental.
3. Plano estratégico do Tribunal	Cristiano Santiago de Aguiar	Destacou que um dos objetivos do plano estratégico é a questão da tramitação e julgamento dos processos judiciais e indagou sobre a existência de levantamento relativo à quantidade de processos não julgados. Afirmou que as explicações para os atrasos podem estar nas especificidades da matéria e em questões de "pessoal". Lembrou que o limite para a entrega das PCs anuais (6.300 processos em todo o estado) é 30 de junho, coincidindo com a época em que a atenção dos cartórios estará voltada para a preparação das eleições, sendo que, em novembro, os cartórios receberão mais 6.300 PCs relativas às eleições deste ano, circunstância que vai causar um acréscimo do volume de processos de prestação de contas em 2023.
	Francisco José Moesch	Esclareceu que a Corregedoria tem cobrado de forma incisiva as Zonas Eleitorais no tocante ao andamento dos processos, ressaltando que, em muitos casos, essa cobrança é individual.
	Sandro Saralegui Ferrari	Propôs a criação de uma unidade composta por servidores, para auxiliar, virtualmente e de forma temporária, os cartórios que se encontrem com algum tipo de dificuldade.
	Cristiano Santiago de Aguiar	Manifestou que, a exemplo do atendimento ao eleitor que, no primeiro grau, já é generalizado (ou seja, os cartórios já podem atender eleitores de qualquer zona eleitoral), tal também poderia ocorrer para as outras demandas dos cartórios.
3- Justiça Eleitoral Digital	Francisco José Moesch	Afirmou que a plataforma da Justiça Eleitoral Digital está bastante desenvolvida e que isso pode facilitar o trabalho, em comparação ao cenário da eleição de 2020. Que a imprensa tem colaborado divulgando e valorizando esse atendimento e que as informações publicadas pelos veículos de imprensa são, depois, replicadas nas mídias



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Responsável	Descrição
		sociais.
	Francisco José Moesch	Lembrou que estão sendo celebrados convênios com organismos ligados ao sistema de educação (UNE, UBES, UFRGS, Secretaria de Educação e outros) com vistas ao chamamento dos eleitores jovens. Reforçou que matérias com esse objetivo têm sido divulgadas por vários veículos da mídia e que o trabalho que vem sendo realizado pelas unidades do Tribunal está surtindo um bom resultado.
	Rafael Gonçalves Nunes	Afirmou que acompanha a preocupação dos colegas nesses temas e entende que o papel do Comitê passa por reforçar sua importância no âmbito do Tribunal, lembrando que, ao mesmo tempo, há unidades que já se encarregam dessas questões diuturnamente. Acrescentou que tal reforço é importante, a exemplo da informação que foi assinada por todos os integrantes deste Comitê e que já está em andamento no processo SEI correspondente, no qual as diversas Unidades envolvidas já se manifestaram. Destacou que, após a campanha do Fechamento do Cadastro Eleitoral, provavelmente o Tribunal irá se voltar para a campanha de chamamento dos mesários, focando no voluntariado e na importância desse trabalho. Quanto à segurança, pontuou que já estão sendo tomadas as medidas possíveis pelo TRE-RS, por meio da Unidade e Comitê responsáveis, para amenizar a situação. Frisou que os processos são uma preocupação constante, pois envolve a questão do cumprimento das metas nacionais do CNJ; esclareceu que existe um programa permanente de acompanhamento de sua tramitação e julgamento, elaborado pela SCRE, no âmbito do primeiro grau de jurisdição. Concordou que a especialização, como no condizente aos trabalhos voltados ao CNJ, seria uma alternativa produtora.
	Francisco José Moesch	Ponderou ser interessante a ideia de implementar no TRE-RS a criação de setor especializado nas questões relativas do CNJ.
4- Próxima reunião		Não foi definida data para a realização da próxima.

5- Aprovação

Desembargador Francisco José Moesch,  
Coordenador do Comitê.